

LITERATURA COLONIAL NO SÉCULO XXI? MEMÓRIAS LAUDATÓRIAS DO COLONIALISMO PORTUGUÊS EM TRÊS ROMANCES CONTEMPORÂNEOS

COLONIAL LITERATURE IN THE 21ST CENTURY? LAUDATORY MEMORIES OF PORTUGUESE COLONIALISM IN THREE CONTEMPORARY NOVELS

Daniel M. Laks¹

RESUMO

O objetivo do presente artigo é discutir as imagens do colonialismo português veiculadas em três romances portugueses contemporâneos: **Os retornados: Um amor nunca se esquece** (2008), de Júlio Magalhães, **Sagal: Um Herói Feito em África** (2012), de António Brito e **O Segredo de Lourenço Marques** (2024), de Eduardo Pires Coelho. As três narrativas, laudatórias ao colonialismo de forma geral e às ações do exército português durante as Guerras Coloniais, inserem-se em um panorama de disputas de memórias sobre o colonialismo português travado nas instâncias da cultura. Os três romances em questão apresentam-se como documentos de memórias, advogando para si uma espécie de autoridade histórica que lhes conferiria um estatuto de verdade. Para pensar as relações com a literatura colonial, utilizo autores como Inocência Mata, Francisco Noa, Pires Laranjeira, entre outros. Para as relações entre literatura, história e memória, Reinhart Koselleck, Aleida Assmann, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Colonial Portuguesa. Relação História e Memória. **Os retornados: Um amor nunca se esquece. Sagal: Um Herói Feito em África. O Segredo de Lourenço Marques.**

ABSTRACT

The aim of this article is to discuss the portrayals of Portuguese colonialism conveyed in three contemporary Portuguese novels: **Os Retornados: Um Amor Nunca se Esquece** (2008) by Júlio Magalhães, **Sagal: Um Herói Feito em África** (2012) by António Brito, and **O Segredo de Lourenço Marques** (2024) by Eduardo Pires Coelho. These three narratives, generally laudatory of colonialism and of the actions of the Portuguese army during the Colonial Wars, are part of a broader landscape of memory disputes surrounding Portuguese colonialism, particularly within the cultural sphere. The novels present themselves as memory documents, claiming a kind of historical authority that grants them a status of truth. To reflect on their relationship with colonial literature, I draw on authors such as Inocência Mata, Francisco Noa, and Pires Laranjeira, among others. For the intersections between literature, history, and memory, I reference Reinhart Koselleck, Aleida Assmann, and others.

KEYWORDS: Portuguese Colonial Literature. Relationship Between History and Memory. **Os retornados: Um amor nunca se esquece. Sagal: Um Herói Feito em África. O Segredo de Lourenço Marques.**

Este artigo se apresenta como parte integrante de dois projetos de pesquisa, **Memórias coloniais em disputa: as monstruosidades e o colonialismo português**, coordenado por mim, e **A Literatura Colonial Portuguesa: a provocação de um corpus e seus problemas**, coordenado pelo professor dr. Mário César Lugarinho e integrado por professores de diversas universidades brasileiras. Ambos contam com financiamento do CNPq. Francisco Noa (2015), em **Império, mito e miopia – Moçambique como invenção literária** apresenta aquilo que chama de notórias incertezas quanto a conceituação da literatura colonial. Para Noa, enquanto a literatura colonial brasileira, por exemplo, corresponde à literatura produzida no período colonial, no caso da literatura portuguesa, esta “se impõe como gênero, como estética determinada” (Noa, 2015, p. 38). Esta ideia de que a literatura colonial portuguesa não pode se definir apenas pelo pertencimento ao momento histórico, mas especificamente por uma tendência temática e ideológica, já aparecia nas ideias de Augusto dos Santos Abranches, em uma das primeiras reflexões teóricas sobre o tema, apresentada como conferência em 1947 e publicada em 1949 na revista **Seara Nova**:

Por literatura colonial, nos referimos à que pretende contar as reacções do branco perante o meio-ambiente do negro, isto é: a toda essa espécie de descrição mais ou menos ficcionista que nos introduz perante as pessoas imaginariamente vindas de ambientes culturais desenvolvidos, civilizados, para meios-ambientes primitivos. (Abranches, 1949, p. 78)

Inocência Mata (2016), em “Deslocamentos imperiais e percepções de alteridade: o caso da literatura colonial portuguesa” está também afinada a esta perspectiva quando propõe que “a literatura colonial constitui uma das representações dessa chamada “vocação atlântica”, que se confunde com vocação imperial, nas suas diferentes realizações territoriais” (Mata, 2016, p. 91). Em termos estritamente cronológicos, o enquadramento da noção de literatura colonial portuguesa se dá como aquela produzida durante um momento específico do colonialismo, quando a criação da Agência Geral das Colônias (AGC), em 1924, passa a orientar ideologicamente esta produção através dos editais de concursos literários iniciados em 1926 e que perduraram até 1974. Entretanto, como explica Francisco Noa (1999), em “A literatura colonial em Moçambique: o paradigma submerso”, nem toda a literatura que se fazia nas antigas colônias, por exemplo, pode ser identificada como literatura colonial. Assim, mais do que perseguirem este enquadramento temporal, os diferentes estudiosos sobre o tema se preocupam em pensar a prevalência de linhas de força e maneiras de abordar assuntos que, inclusive, já existiam na literatura portuguesa, como a viagem, depois transmutada em uma vocação atlântica ou vocação imperial, ou o ideal do heroísmo marítimo, agora reconfigurado sob a perspectiva de conhecer e dominar.

Os três objetos literários que trago para compor a presente reflexão são romances contemporâneos, todos publicados no século XXI. **Os Retornados: Um amor nunca se esquece**, publicado em 2008 por Júlio Magalhães; **Sagal: Um herói feito em África**, em 2012 por António Brito e **O segredo de Lourenço Marques**, em 2024, por Eduardo Pires Coelho. O meu objetivo é demonstrar como estes romances são exemplos de uma vertente da literatura portuguesa contemporânea apologética ao colonialismo em África que reedita algumas das principais linhas de força da literatura colonial trazendo temas e abordagens estéticas específicas do gênero para os dias de hoje. Isto se faz dentro de uma disputa ideológica por significações da experiência colonial portuguesa que pretende contestar as visões da história oficial constituídas a partir do 25 de Abril e ainda em voga. Esta disputa se insere no panorama de guerra cultural instaurada com a ascensão dos neofascismos no mundo e, em particular, em Portugal que, tal qual o Salazarismo, tenta organizar as diversas vertentes da direita a fim de viabilizar uma base de apoio coesa².

Início, retomando aqui, a fim de explicitar a relação entre o discurso da extrema direita portuguesa sobre o colonialismo na política e na cultura, uma postagem do líder do partido Chega, André Ventura, na rede social Instagram, de julho de 2025: “A descolonização, tal como foi feita pela esquerda, foi uma traição a Portugal. Não vale a pena fingir que foi boa!!!” (Ventura, 2025). A mesma ideia pode ser observada logo no prólogo de **Os Retornados: Um amor nunca se esquece**, quando ao falar sobre o seu processo de escrita e escolha de enquadramento temático, o jornalista Júlio Magalhães explica: “inicialmente pensei num enquadramento que explicasse porque é que depois de tantos anos em África, uma descolonização precipitada nos tinha obrigado a deixar tudo num país de tantos recursos. Na

realidade, trouxemos, apenas, os jogadores de futebol” (Magalhães, 2008, p. 8). Em **Sagal: Um herói feito em África**, vemos o mesmo ideal expresso de forma talvez mais abertamente violenta, na fala do personagem Desejado: “— É a política, pá; os pretos não conquistaram nada, nós é que estamos a entregar tudo, até as casas de putas — lembrou o Desejado, o proxeneta da companhia, a ver fugir as gajas e os contactos na cidade” (Brito, 2024, p. 87). Já em **O segredo de Lourenço Marques**, este aspecto ideológico não se encontra em uma passagem específica, mas sugerido no próprio desenrolar do enredo do romance.

O Segredo de Lourenço Marques se divide em duas linhas narrativas principais que confluem para a resolução do mistério apresentado. A primeira delas, centra-se em Miguel, militar português, nascido e residente em Moçambique que se tornou voluntário do exército bôer na luta contra os britânicos na Segunda Guerra Anglo-Boer (1899-1902). A segunda, centra-se em Filipe, pesquisador português, que é contratado por um empresário sul-africano, Pieter Joubert, que lutara contra o MPLA pelo exército sul-africano, para investigar o desaparecimento do Angoche, navio português visto pela última vez, pegando fogo e fora de sua rota, ao sul da Ilha de Moçambique em 1971. O pai do empresário supostamente estaria em um pesqueiro na mesma região e teria morrido na ocasião, assim, saber o que teria acontecido com o navio era uma forma de tentar descobrir as conjunturas da morte de seu pai.

Durante a Guerra Anglo-Boer, com o avanço das tropas inglesas, um destacamento do exército bôer fugiu para Moçambique de trem, cuja passagem pela fronteira contou com a ajuda de Miguel, para cumprir com um plano que poderia alterar o resultado da guerra. Levavam secretamente uma grande quantidade do ouro retirado das minas do Transvaal. Entretanto, pouco tempo depois de terem cruzado a fronteira, houve um motim, liderado por um soldado bôer chamado Fritz Joubert Duquesne. Enquanto alguns comparsas bloqueavam a linha férrea, Fritz e outros companheiros assassinaram os soldados do trem, retiraram as caixas que continham o ouro e esconderam em cavernas próximas. Depois de tudo terminado, Fritz matou seus cúmplices. Miguel havia se fingido de morto depois do tiroteio e, portanto, testemunhara não apenas a traição, mas onde os espólios estavam. Depois de um tempo, Miguel retorna à caverna e muda o ouro de lugar para outra caverna a alguns quilômetros de distância. Entretanto, morre assassinado pelo marido da mulher que amava e a riqueza fica perdida.

A solução do mistério que conecta as duas linhas narrativas é que cinco agentes da PIDE, durante uma missão, haviam descoberto, setenta anos depois, o ouro deixado por Miguel na caverna. Esta carga estava sendo secretamente transportada pelo Angoche e o plano é que fosse movida para o pesqueiro onde estava o pai do empresário Pieter Joubert, que fazia parte do grupo, logo antes de naufragarem o cargueiro. Entretanto, houve um desentendimento, o Angoche foi abandonado às pressas e o pai de Pieter e seu companheiro de embarcação foram mortos pelo restante do grupo, cujos integrantes ficaram com o ouro e desapareceram sob novas identidades.

Outro ponto de conexão entre as histórias são as linhas familiares. Filipe é descendente de Miguel por parte de mãe e Pieter, sobrinho neto de Fritz. Dessa forma, produz-se um efeito de circularidade na obra: Miguel foi voluntário na luta dos bôeres contra os ingleses no fim do século XIX, mas, por conta da traição de certos bôeres, a guerra foi perdida. De maneira análoga, Pieter fez parte do exército sul-africano e combateu o MPLA em ajuda a Portugal durante a Guerra Colonial, mas, esta guerra também foi perdida. Assim, parece haver uma comparação entre a traição de certos bôeres, encampada na figura de Fritz, que culminou na derrota sul-africana no século XIX com o 25 de Abril, que, dentro da lógica do romance, culminou na derrota portuguesa no século XX. Este nexos carrega a ideia de uma aliança histórica dos justos, mesmo que derrotada, entre África do Sul e Portugal na luta contra aqueles que são caracterizados como promotores de injustiças e malfeitos, sejam eles os ingleses da era colonial ou os comunistas da atualidade.

Esta relação de expressão dos mesmos ideais sobre a forma como se deu o fim do colonialismo português, manifestados em diferentes espaços de representação, a política e a literatura, recupera uma marca da literatura colonial apontada por Francisco Noa (2015), em **Império, mito e miopia – Moçambique como invenção literária**: “a literatura colonial, além de jogar com uma mais ou menos longa tradição histórica e literária, tem a envolve-la, numa interação dinâmica, todo um conjunto de valores e manifestações que transcendem o âmbito exclusivamente literário” (Noa, 2015, p. 38). Este enquadramento entre literatura e ideologia proposto por Francisco Noa está também em concordância com Pires Laranjeira (1997/1998), no artigo “A literatura colonial portuguesa”, quando propõe:

No século XX, sobretudo desde a década de 30 até à de 60, a literatura colonial funcionou a serviço do fascismo-colonialismo como propagadora da ideia de grandeza do império e dos portugueses, procurando substituir os antigos relatos dos feitos épicos e trágico-marítimos junto de um público sujeito a mitomanias nacionalistas (Laranjeira, 1997/1998, p. 5)

Desta forma, proponho como hipótese a permanência dos vínculos entre ideário colonial e pensamento fascista também no século XXI, conforme expresso nos três romances em análise aqui. A crítica à maneira como a descolonização foi feita por Portugal se conjuga com a ideia da benevolência portuguesa durante o período colonial. Há aqui a defesa da tese de que Portugal construiu os países africanos que, antes da chegada dos europeus, eram apenas territórios selvagens, marcados pela presença de mato e doenças que ali proliferavam. Esta caracterização recupera a metonímia entre a África e o mato, já apresentada por Noa (1999) em “Literatura colonial em Moçambique: O paradigma submerso”, que será explorada à exaustão na literatura colonial. Assim, o espaço africano é o *locus horrendus*, que vai sendo aos poucos transformado em *locus amoenus* pela ação do colonizador trabalhador e altruísta. Todo este esquema é o jargão da literatura colonial,

temos um jovem português que decide viajar para o continente africano, ele é pobre, mas honrado, honesto, trabalhador, patriota e está em busca de melhores condições de vida. O espaço e as gentes lhes são hostis, mas, através da persistência e do trabalho árduo ele consegue melhorar as condições materiais e imateriais suas e de todos a sua volta e assim conquistar a simpatia daqueles beneficiados por ele. A diferença aqui, nos romances da literatura contemporânea, é a ideia de que o espaço africano volta a ser o *locus horrendus* após o fim do colonialismo. Os países cujas cidades antes apontavam para o futuro, passam agora a ser caracterizados como violentos, desorganizados e perdidos no tempo.

Em **O segredo de Lourenço Marques**, no início do romance, em 1894, a cidade ainda sofria com doenças tropicais: “teve de se construir um novo quartel no Alto Maé, longe do pântano, para se evitarem mais desgraças — contou, após expelir o fumo. — Entretanto, plantaram-se muitas árvores e o pântano tem vindo a ser dessecado” (Coelho, 2024, p. 12). Já em agosto de 1900, a cidade estava completamente modificada: “não havia sinais daquelas águas lamacentas, nem das nuvens negras de mosquitos” (Coelho, 2024, p. 202), “Lourenço Marques com suas avenidas largas e praças majestosas, era o futuro” (Coelho, 2024, p. 204). Já Maputo, é retratada como uma cidade violenta e perigosa: “o taxista relatara-lhe que o ambiente andava perigoso, porque tinham ocorrido vários crimes violentos entre a comunidade indiana, alegadamente relacionados com o tráfico de drogas e outros negócios obscuros” (Coelho, 2024, p. 131). A cidade também passou a sofrer constantemente com problemas de infraestrutura que agora, inclusive, fazem parte da expectativa das pessoas: “foi uma falha de energia — zombou António, — Nada preocupante, acontece quase todas as semanas” (Coelho, 2024, p. 191).

Em **Os retornados: Um amor nunca se esquece**, o enredo se passa nos momentos finais do colonialismo português, com foco principalmente na questão dos retornados após o 25 de Abril. Assim, não temos tanto a caracterização do espaço anteriormente à chegada dos europeus. Temos, entretanto, a caracterização do personagem dentro do esquema descrito: “O pai Alberto não teve dificuldade de começar a trabalhar (...). Alberto crescia dentro da empresa e angariava dinheiro para erguer um centro de Artes para jovens da Vila Alice, bairro de Luanda onde tinham decidido comprar casa e viver” (Magalhães, 2008, p. 17). A cidade aparece como um espaço em franco desenvolvimento durante o domínio colonial: “o ‘mergulho’ na nova realidade, o impacto de uma cidade que crescia e fervilhava de paixão e alegria não lhes dava espaço para pensarem na forma como iam agora enfrentar o futuro” (Magalhães, 2008, p.17). A isto se opõe a insegurança que passa a vigorar com o fim do domínio português, quando Luanda se transforma de um espaço tranquilo e seguro para um espaço violento e perigoso: “— Pois, mas em Luanda já não fazemos isso. A porta da minha casa estava o dia todo aberta e à noite nem nos lembrávamos de a fechar. Agora nem pensar” (Magalhães, 2008, p. 98). O romance é sobre os portugueses e

os africanos aparecem apenas como coadjuvantes, colonizados gratos pelo papel dos colonizadores naquela terra e que se sentem extremamente tristes com a sua partida: “o empregado Anastácio viu todos os amigos partirem, mas agora vivia o seu maior desespero: o patrão e a família iam-se embora” (Magalhães, 2008, p. 93).

Em **Sagal: Um herói feito em África**, o enredo se passa no espaço africano somente durante a Guerra Colonial. O herói da narrativa é um soldado português, de nome Emiliano, que recebe o codinome de Leão do Sagal, ou apenas Sagal, como passa a ficar conhecido e se identificar, após conduzir o contra-ataque pelos flancos dos combatentes da FRELIMO após uma emboscada na Rampa do Sagal e colocar os moçambicanos para correr. O tema da viagem para o continente africano aparece no capítulo que aborda o seu treinamento militar e primeiros tempos em África e se intitula “Aventura, aí vou eu!”, recuperando a imagem tão utilizada na literatura colonial de que a ida de jovens europeus para o continente africano significava uma grande aventura “tarzânica”. Ingressou na tropa dos paraquedistas, onde foi treinado para transformar tudo em armas para lutar pela manutenção do domínio colonial em Moçambique: “Tudo servia para rebentar com os pulhas que em África enchiam caixões com corpos de portugueses” (Brito, 2024, p. 45). O exército marca o espaço na trajetória de vida do personagem onde a disciplina e o nacionalismo o endireitam, fazem se dedicar aos interesses nacionais em vez de uma vida egoísta e sustentada por pequenas atividades criminais. Durante toda a narrativa, a legitimidade estaria do lado do exército português, enquanto os combatentes moçambicanos não seriam mais do que guerrilheiros armados “com restos de ideologias marxistas” (Brito, 2024, pp. 50-51).

Se o continente africano aparece somente como espaço da guerra colonial, no romance, é Portugal que é caracterizado como *locus horrendus* após o fim do fascismo. A situação do país pós-Revolução dos Cravos é descrita no romance como desesperadora, criando, por oposição, a ideia de um país estruturado e em constante desenvolvimento durante o salazarismo, situação que teria sido interrompida com o 25 de Abril de 1974: “Faltava dinheiro para pagar as contas. Uns tipos do Governo foram ao FMI de mão estendida para receber umas sobras. Os empresários fugiam para o Brasil. Aqui e acolá rebentavam bombas; era a festa, pá” (Brito, 2024, p.164). Frente a esta situação de desorganização nacional, diversos veteranos de guerra estavam abandonados à situação de rua vivendo na miséria total. Neste sentido, em **Sagal: Um herói feito em África**, de forma análoga a **O segredo de Lourenço Marques**, temos a ideia do 25 de Abril como traição aos portugueses. Aqueles que lutarem pelo país, no caso, os veteranos de guerra, estão agora abandonados pelo poder público e passando graves dificuldades.

Existe, portanto, uma relação intrínseca entre literatura e história nacional nos romances, expressa nesta disputa pela significação ideológica do fascismo-colonialismo. Cada livro apresenta uma estratégia específica de apropriação da história. Em **Sagal: Um herói feito em África**, apesar de se tratar de um romance ficcional, há uma vertente autobiográfica na obra, na

medida em que o autor foi militar das tropas paraquedistas e combatente na Guerra Colonial em Moçambique. Assim, há um argumento de autoridade na obra, já que existe um efeito de verdade ao supostamente contar as histórias de suas próprias vivências de combate. Esta sobreposição entre vida do autor e do personagem consta também na descrição do podcast **O Abril de Sagal**, disponível na plataforma Spotify: “os livros são inspirados na própria experiência de combate do autor, que serviu nos paraquedistas” (Brito, 2024).

O segredo de Lourenço Marques, logo na capa, se apresenta como um “thriller histórico”. Este aspecto de se propor como um registro da história portuguesa é reforçado pela presença de uma cronologia, em apêndice, ao final da narrativa, iniciada em 1488, com a dobra do Cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias. O evento é bastante anterior àqueles descritos na trama, mas relativo à narrativa de um protagonismo português nas viagens marítimas e, consequentemente, no empreendimento colonial. Além disso, no final do romance, há a presença de uma lista de referências que abona a esfera supostamente documental, baseado no levantamento de fontes que confirmariam o caráter veritativo da obra. Há, entretanto, uma ressalva. O romance termina com uma nota do autor, cujo último trecho diz: “Apesar de baseado em factos reais, este livro não pretende explicar o que aconteceu ao Angoche, nem aos Kruger’s Millions. **O Segredo de Lourenço Marques** é uma obra de ficção” (Coelho, 2024, p. 368). Este é o único momento em toda a obra em que o texto se assume como ficcional. Ainda assim, somente quanto ao aspecto relativo ao que aconteceu com o navio português naufragado próximo à costa africana em 1971, o Angoche, e ao ouro retirado das minas do Transvaal e enviado para Moçambique por ocasião do início da Segunda Guerra Anglo-Boer, em 1899. Todos os outros eventos apresentados no romance, e, logicamente, as significações narrativamente construídas desses eventos, são descritos, mesmo na nota em questão, a partir da designação de fatos reais.

A dedicatória do livro também corrobora a ideia de uma pretensão de efeito de verdade para o romance: “Ao meu avô, Alexandre, à Nanette e ao Ricardo Barradas, que tanto me falaram de África” (Coelho, 2024, p. 7). A relação que a dedicatória estabelece é aquela entre memória e história, ou melhor, entre a memória experiencial das testemunhas de uma época, sua tradução para uma memória cultural suportada em mídias, como o livro, por exemplo, e sua ação vetorial como discurso historicamente corroborado. Aleida Assmann, em **Espaços da recordação – formas e transformações da memória cultural** (2011), propõe que “enquanto os processos de recordação ocorrem espontaneamente no indivíduo e seguem regras gerais dos mecanismos psíquicos, no nível coletivo e institucional esses processos são guiados por uma política específica de recordação e esquecimento” (Assmann, 2011, p. 19). A autora pontua que a memória cultural depende exatamente das mídias e políticas que oferecem suporte a ela e, assim, existe sempre a possibilidade de uma instrumentalização da recordação.

Entendo que as proposições de efeitos de verdade, seja a partir do apelo ao registro histórico ou da relação com um objeto de memória familiar, produzem um pacto específico com o leitor que pretende afastar as nuances e subjetividades apresentadas na trama de posições ideologicamente orientadas, projetando-se como um discurso neutro e baseado em referências factuais. Se é claro que a leitura determina o sentido do texto, também é inegável que o pacto estabelecido entre o autor e o leitor influencia a modalidade de recepção da obra. Philippe Lejeune, já em seu primeiro **O pacto autobiográfico** (1996), destaca que “a importância do contrato pode ser, aliás, comprovada pela própria atitude do leitor que é determinada por ele” (Lejeune, 1996, p. 31). Assim, a divisão que parece ser operada pelo pacto de veracidade estabelecido remete à antítese entre *res factae* e *res fictae*, ou, em outras palavras, entre realidade histórica e ficção.

Reinhart Koselleck (2021), no capítulo intitulado “Ficção e realidade histórica”, do livro **Uma latente filosofia do tempo**, discute exatamente as transformações deste *topoi* desde a **Poética**, de Aristóteles, até a contemporaneidade. Para Koselleck, a questão que se coloca em termos modernos concerne uma doutrina da arte que é socialmente relevante e advém de uma filosofia da história pós-iluminista: “até que ponto os textos ficcionais são condicionados pela realidade histórica e até que ponto devem influir nesta realidade” (Koselleck, 2021, p. 109). Ficção e facticidade, apesar de ligadas a campos diferentes, são manifestamente entrelaçadas em vez de separadas. Ficcional remete ao campo da estetização do real, do dar a ver, não apenas o evento, mas a sua inscrição subjetiva, sua significação. Factual remete ao fenomênico, ao que aconteceu. Entretanto, não conseguimos separar um evento das significações que atribuímos a ele. Para que a experiência testemunhal possa ser transmitida, é necessário que antes seja transformada em discurso, estetizada para produzir verossimilhança. O campo da cultura é o campo da formação dos imaginários e é exatamente na tradução da memória experiencial para a memória cultural que se opera o entrelaçamento entre fato e ficto.

Os retornados: Um amor nunca se esquece, faz uma aposta diferente quanto à estetização literária e o seu jogo com um projeto de narrativização da história nacional. Enquanto os outros dois romances apresentam uma estética realista, este investe claramente no projeto romântico de recuperar valores, ideais e as raízes culturais portuguesas. A protagonista do romance é Joana, uma mulher loira, de olhos claros, exuberantemente bela, bem aos ideais românticos, que trabalha como comissária de bordo da TAP. Durante o voo de número 233, de Luanda para Lisboa, onde iam os retornados portugueses logo antes da independência de Angola, Joana conhece Carlos Jorge, que viajava com sua esposa e filhos. Aquele encontro marca os dois pela vida inteira e, anos depois, se reencontram e finalmente podem viver a sua história de amor. Há aqui uma referência intertextual muito clara ao romance **Viagens na minha terra**, de Almeida Garrett. A viagem de Lisboa

a Santarém para conhecer o país é reencenada como a viagem de Luanda a Lisboa. O nome dos casal romântico, Carlos e Joana, um amor que só pode acontecer anos depois do primeiro encontro, por conta também de Carlos ser comprometido, e as descrições dos personagens sob a lógica do romantismo se apresentam em ambas as obras. Além disso, há também em **Os retornados: Um amor nunca se esquece** capítulos inteiros de digressões ideológicas do narrador sobre os efeitos para o país daquilo que está sendo observado na viagem: “o regresso a Lisboa de quase meio milhão de portugueses, feito de forma precipitada, era bem a imagem daquilo que foi o processo de descolonização: confuso e desastrado” (Magalhães, 2008, p. 55).

Em conclusão, tentei trazer aqui três romances que são representativos de um extenso *corpora* de uma vertente da literatura portuguesa contemporânea que recupera aspectos temáticos, ideológicos e, também, estéticos da literatura colonial. Cada um dos romances apresentados segue uma linha específica. **Sagal: Um herói feito em África**, mais abertamente filiado a um discurso extremista de cariz realista; **O segredo de Lourenço Marques**, também apostando no realismo, mas com um discurso ideológico menos explícito; e **Os retornados: Um amor nunca se esquece**, numa aposta romântica que critica a forma como a descolonização foi feita e aposta numa defesa do legado dos retornados para Portugal. Esta tendência de uma colonialidade entranhada e persistente já havia sido apontada, na perspectiva das comunidades linguísticas, por Alfredo Margarido (2000), em **A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses**, e agora parece ganhar força na associação com o ideário neofascista do século XXI. São romances que se utilizam de personagens e ou eventos históricos para construir uma visão laudatória ao domínio colonial português em África, bem como criticar o processo de descolonização, reeditando o binômio fascismo-colonialismo na cultura para abranger, portanto, uma temporalidade posterior àquela da literatura colonial que vigorou até 1974.

Da mesma forma que a literatura colonial portuguesa tornou-se um paradigma praticamente abandonado após o 25 de Abril, a importância dada pela crítica especializada e por teóricos da literatura a esta vertente da literatura contemporânea é praticamente nula. Entretanto, estas manifestações culturais fazem parte dos esforços dos diversos grupos de extrema direita pelo mundo de imposição da sua ideologia no presente baseada também em uma ressignificação do passado para desestabilizar os saberes hierarquizados pela visão democrática de mundo que ainda se sustenta, em uma verdadeira batalha por imaginários. Romances como estes não estão na nossa projeção de cânone e, exatamente por isso, são o ponto cego das nossas análises sobre literatura contemporânea. Desnudar e denunciar as suas estratégias e os seus vínculos com um passado que não cessa de operar em seu devir no presente se apresenta, assim, não apenas como maneira de investigar as sombras do nosso tempo, mas de assumir um posicionamento a favor da democracia e da defesa da autogestão dos povos na interface entre política e cultura na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução de Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

ABRANCHES, Augusto dos Santos. “Sobre literatura colonial”. **Seara Nova** (Lisboa), n. 1099-1120, Janeiro a Junho de 1949.

BRITO, António. **Saga: Um herói feito em África**. Lisboa: Clube do Autor, 2024.

BRITO, António. **O Abril de Sagal**. Spotify, 2024. Disponível em: [O Abril de Sagal | Podcast on Spotify](#). Acesso em 17 de agosto de 2025.

COELHO, Eduardo Pires. **O segredo de Lourenço Marques**. Alfragide: Oficina do Livro, 2024.

KOSELLECK, Reinhart. “Ficção e realidade histórica”. In: Gumbrecht, Hans Ulrich e Rodrigues, Thamara de Oliveira (org). **Uma latente filosofia do tempo**. Tradução de Luiz Costa Lima. São Paulo: Editora da Unesp, 2021.

LARANJEIRA, Pires. “A literatura colonial portuguesa”. **África Revista do Centro de Estudos Africanos da USP**. n 20-21, p. 71=77, 1997/1998.

LEJEUNE, Philippe. “O pacto autobiográfico”. In: Noronha, Jovita Maria Gerheim (org). **O pacto autobiográfico: De Rousseau à internet**. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MAGALHÃES, Júlio. **Os retornados: Um amor nunca se esquece**. Lisboa: A Esfera dos livros, 2008.

MARGARIDO, Alfredo. **A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

MATA, Inocência. “Deslocamentos imperiais e percepções de alteridade: o caso da literatura colonial portuguesa”. **Abril** (UFF), vol 8, n 16, p. 89-102, 2016.

NOA, Francisco. “Literatura colonial em Moçambique: O paradigma submerso”. **Via Atlântica**, n3, p. 58-69, 1999.

NOA, Francisco. **Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária**. São Paulo: Kapulana, 2015.

VENTURA, André. Postagem na rede social Instagram, 2025. Disponível em: Instagram. Acesso em 17 de agosto de 2025.

Recebido para avaliação em 17/08/2025.

Aprovado para publicação em 27/02/2026.

NOTAS

1 Bolsista de produtividade PQ2 do CNPq, professor adjunto e professor do quadro efetivo do PPGLit/UFSCar. Fez parte da diretoria da ABRAPLIP no biênio 2022-2023 e da Comissão científica no biênio 2024-2025. É líder do Grupo de Pesquisa Literatura, Política e Memória (CNPq) e integrante do Grupo de Pesquisa Perspectivas pós-Coloniais: Literaturas e Culturas em Língua Portuguesa. Foi coordenador do GT Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da ANPOLL (biênio 2024-2025), realizou pós-doutorado na UFF com financiamento FAPERJ (Bolsa FAPERJ Nota 10). Possui doutorado pelo PPGLCC da PUC-Rio com período sanduíche de doze meses na Universidade de Coimbra (2016). Possui mestrado em Letras pela PUC-Rio (2011).

2 A ideia de que o Salazarismo organizava as diferentes vertentes da direita em Portugal para suscitar uma base de apoio ampla e que, portanto, o fascismo não é a expressão apenas dos setores mais extremos, mas uma resultante das diversas direitas, é signatária do pensamento de Fernando Rosas. Para maiores aprofundamentos, ver: Rosas, Fernando. “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. **Análise Social**, vol. XXXV (157), 2001, pp. 1031-1054